

Balancos Patrimoniais em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	2019	2018
Ativo circulante		11.782	5.742
Caixa e equivalentes de caixa		1.075	67
Dividendos a receber	5	10.479	5.659
Despesas antecipadas		228	16
Ativo não circulante		56.119	22.325
Investimentos	5	56.119	22.325
Total do ativo		67.901	28.067

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)						
	Notas	Capital Reserva		Reserva de lucros		Total
		social	legal	lucros	não realizados	
Saldos em 31/12/2017 (reapresentado/não auditado)		10	358	1.683	2.213	4.264
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	22.853
Constituição de reserva legal	7 b.	-	1.142	-	-	(1.142)
Dividendos declarados no exercício	7 c.	-	-	-	-	(5.428)
Transferência para reserva de lucros	7 d.	-	-	16.283	-	(16.283)
Saldos em 31/12/2018		10	1.500	17.966	2.213	21.689
Aumento de capital em 25/09/2019 a partir da reserva de lucros	7 a.	6.488	-	(6.488)	-	-
Aumento de capital em 25/09/2019 através da capitalização de dividendos a pagar	7 a.	939	-	-	-	939
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.563
Dividendos declarados no exercício	7 c.	-	-	-	-	(10.179)
Transferência para reserva de lucros	7 d.	-	-	32.384	-	(32.384)
Saldos em 31/12/2019		7.437	1.500	43.862	2.213	55.012

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – A Mondopass S.A. ("Mondopass" ou "Companhia") é uma sociedade de participações (*holding*) que detém, como seu principal ativo, 100% das ações de emissão da Autopass S.A., sociedade anônima dedicada às atividades de gestão operacional e financeira de sistema de bilhete eletrônico, cadastramento dos clientes, emissão dos cartões, captura e processamento eletrônico das respectivas transações, liquidação financeira/clearing, entre outros negócios. O sistema de bilheteagem da controladora integral da Companhia atende às empresas do Consórcio Metropolitano de Transportes (CMT), Companhia do Metropolitan de São Paulo (METRO), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), o transporte municipal da Prefeitura de Itapericira da Serra (entre outras redes de transportes municipais), sendo que a rede de vendas da controladora integral da Companhia está entre as 10 maiores prestadoras de serviços de vendas de créditos de bilhete único para SPTrans. As operações da controladora da Companhia são reflexo substancial do Contrato de Prestação de Serviços, Locação de Equipamentos e Outras Avenças firmado com o CMT em 27/10/2015 (com aditivo firmado em 02/01/2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da controladora da Companhia dependem da manutenção deste contrato. **Eventos significativos dos últimos anos:** Em 26/09/2019, os acionistas majoritários da Mondopass S.A., detentores de 75,03% das ações da Companhia, transferiram suas respectivas participações acionárias à Mondo Holding S.A., a título de conferência de participação para integralização de capital, que por sua vez em 26/11/2019 transferiu a respectiva participação acionária recebida ao Mondo Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia. O montante de 24,97% das ações da Mondopass, mantidos pelos acionistas minoritários foram transferidos pelos acionistas minoritários à Mondo Holding S.A., a título de conferência de participação para integralização de capital, e em 13/12/2019, transferidos da Mondo Holding S.A. ao Mondo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia em 27/12/2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis – Declaração de conformidade, bases de elaboração e de apresentação:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2019 foram aprovadas para emissão e divulgação de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia em 27/03/2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. **Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **3. Principais práticas contábeis** – As políticas e práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis. **3.1. Base de consolidação e registro de investimento:** A Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas pois: (i) Os proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora; (ii) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais); (iii) Ela não tem arquivado e nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais. A Companhia detém 100% de participação na controladora Autopass S.A. (reconhecida através do método de equivalência patrimonial). **3.2. Instrumentos financeiros:** (i) **Classificação:** O CPC 38 determina três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A Companhia interpreta inicialmente o ativo financeiro relativo às contas a receber de sua controladora integral como mensurável ao custo amortizado de acordo com o CPC 48, pois pretende manter o ativo até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto. Dessa forma, a Companhia classificou Caixa e equivalentes de caixa ao valor justo através do resultado e dividendos a receber ao custo amortizado. (ii) **Redução no valor recuperável (impairment):** A Companhia adota um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". No segmento de bilheteagem eletrônica, a Administração não identificou impactos relevantes na estimativa das perdas esperadas com créditos de sua controladora integral. Para essa avaliação, a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementou modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada considerando as diretrizes apresentadas pelo CPC 48. A Companhia tem aplicado uma abordagem simplificada para registrar perdas esperadas em contas a receber de partes relacionadas. Além disso, considerando os requisitos para cálculo de redução ao valor recuperável estabelecido pelo CPC 48, a Companhia não reconhecia, até a adoção do CPC 48, perdas esperadas com partes relacionadas. Dessa forma, dado que tais ativos estão representados por investida operacional, não houve indícios de redução no valor recuperável e, com a adoção do CPC 48, não foram identificados impactos significativos. (iii) **Contabilidade de hedge:** A nova norma torna os requisitos para contabilidade de hedge (*hedging accounting*) menos rigorosos. As novas regras não impactaram a Companhia devido à ausência desta modalidade de instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros passivos referem-se a dividendos a pagar e partes relacionadas são registrados ao custo amortizado. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor. **3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Companhia revisa anualmente o valor recuperável de seus ativos financeiros, e quando da existência de indicadores da perda, o valor recuperável desses ativos. Se o valor recuperável de um ativo for inferior ao seu valor contábil, uma perda no montante dessa diferença é reconhecida no resultado daquele período. A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo de perda de valor nos períodos apresentados que requeira o teste de recuperação e eventual constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Outros ativos e passivos:** Outros ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.7. Demonstração do resultado abrangente:** Não há transações que impactem outros resultados abrangentes. **3.8. Pronunciamentos novos ou revisados adotados no exercício de 2019 (mas que não estavam em vigor em exercícios anteriores)** **3.8.1. CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16):** O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações e, em essên-

cia, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso e também devem mensurar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da mensuração do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A Companhia realizou o levantamento de todos os seus contratos de arrendamentos mercantis, quando aplicável, a fim de identificar os ativos e passivos a serem adotados a esse novo pronunciamento. Após a conclusão desse estudo, a Administração da Companhia concluiu não haver impactos em suas demonstrações contábeis para o exercício de 2019. **3.8.2. ICP 22 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)"** A interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta à aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica aos tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente; • As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determinou se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, seguindo a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação foi adotada pela Companhia a partir de 01/01/2019, sem efeitos nas presentes demonstrações contábeis. **4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas** – Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada exercício das demonstrações contábeis, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício. **a) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em um mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado (quando possível). Contudo, quando isso não for viável, determinado grau de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. Tal julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **5. Investimentos – Movimento dos investimentos na Autopass S.A. Saldos em 31/12/2017 (reapresentado/não auditado)**

Equivalência patrimonial	4.274
(-) Dividendos a receber da controladora	23.828
Outras movimentações	(5.659)
Saldos em 31/12/2018	22.235
Equivalência patrimonial	44.321
(-) Dividendos e JSCP a receber da Controladora	(10.527)
Saldos em 31/12/2019	56.119
Informações sobre a controladora Autopass S.A. (participação de 100%)	
Ativo	191.599
Patrimônio líquido	56.119
Resultado	44.321
Equivalência patrimonial	44.321
Saldos do investimento em 31/12/2019	56.119
Ativo	100.736
Patrimônio líquido	22.325
Resultado	23.828
Equivalência patrimonial	23.828
Saldos do investimento em 31/12/2018	22.325

6. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas (além das referentes ao reconhecimento de dividendos a receber da controladora integral Autopass S.A. e a pagar aos acionistas da Mondopass S.A.) referem-se ao pagamento de despesas da Companhia pela Autopass S.A. (cujo saldo a pagar em 31/12/2019 e 2018 são de R\$ 2.699 e de R\$ 939 respectivamente). **Remuneração aos administradores:** Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, a remuneração dos administradores estatutários e não estatutários foi de R\$ 682 e de R\$ 512, respectivamente. **Ganhos não realizados em operação de permuta:** Em dezembro de 2017, como pagamento pela venda de terreno de sua propriedade, a controladora integral da Companhia recebeu, em permuta, um imóvel de terceiros no valor de R\$ 2.870 (sendo este o valor justo estimado em 31/12/2018). Os montantes envolvidos nessa operação geraram um ganho de R\$ 2.213 (reconhecido na rubrica reserva de lucros não realizados no Patrimônio líquido). **7. Patrimônio líquido – a) Capital social:** Em 31/12/2019, o capital social é composto por 10.000.000 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal (10.000 ações ordinárias e nominativas em 2018). Em 25/09/2019, houve aumento de capital no montante de R\$ 7.427 mediante capitalização de R\$ 6.488 da reserva de lucros e R\$ 939 referente saldo de dividendos declarados em exercício anterior. **b) Reserva legal:** Em 31/12/2019, a Companhia tem registrado na rubrica de "reserva legal" o valor de R\$ 1.500 (R\$ 1.500 em 2018). **c) Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral destinar o resultado apurado, líquido das constituições de reservas exigidas por lei. Em 31/12/2019 e 2018, os valores registrados em dividendos a pagar eram de R\$ 10.109 e de R\$ 5.439, respectivamente (tendo sido declarados dividendos nos montantes de R\$ 10.179 e R\$ 5.428 em 2019 e 2018, respectivamente). **d) Reserva de lucros:** Em 31/12/2019, a Companhia tem registrado na rubrica de "Reservas de lucros" R\$ 43.862 (R\$ 17.966 em 2018). **e) Reserva de lucros não realizados:** A reserva de lucros não realizados é constituída com o intuito de segregar do resultado do exercício itens que não tiveram efeito caixa, para que estes não integrem a base de reserva de lucros e de distribuição de dividendos. Em 31/12/2017, a controladora Autopass S.A. registrou, como reserva de lucros não realizados o ganho na operação de permuta com bens

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis **nação pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 5)	44.321	23.828	
Recetas (despesas) operacionais	21.689	22.853	
Despesas operacionais	(1.760)	(975)	
Lucro bruto	42.561	22.853	
Resultado financeiro			
Recetas financeiras	2	-	
Resultado financeiro líquido	2	-	
Lucro líquido do exercício	42.563	22.853	

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Lucro líquido do exercício	42.563	22.853	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente do exercício	42.563	22.853	

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)			
	2019	2018	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018	
Lucro antes do imposto de renda e CSLL	42.563	22.853	
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	(44.321)	(23.828)	
Outras transações	118	-	
	(1.758)	(857)	

Decrescimo/acréscimo nos ativos e passivos operacionais			
	2019	2018	
Despesas antecipadas	(212)	(16)	
	(212)	(16)	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(1.970)	(873)	

Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
	2019	2018	
Dividendos recebidos	5.707	-	
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	5.707	-	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	1.760	919	
Dividendos pagos	(4.489)	11	
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos	(2.729)	930	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.008	57	
No início do exercício	67	10	
No final do exercício	1.075	67	
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.008	57	

do ativo imobilizado referente à venda de um terreno de sua propriedade, tendo recebido, em permuta, um imóvel de terceiros no valor de R\$ 2.870 (sendo este o valor justo estimado em 31/12/2018). Os montantes envolvidos nessa operação geraram um ganho de R\$ 2.213. **8. Instrumentos financeiros** – A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. **Valor justo e hierarquia:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível I** – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível II** – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e; • **Nível III** – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensuração			
Ativos/passivos financeiro	ao valor justo	Classificação CPC 48	Valor justo por meio de
Caixa e equivalentes de caixa	Nível I		do resultado
Dividendos a receber	Nível II		Custo amortizado
Dividendos a pagar	Nível II		Custo amortizado
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível II		Custo amortizado

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes. **Gestão de risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da diretoria financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. **Considerações sobre riscos:** Os negócios da Companhia compreendem especialmente a participação em controlada voltada à comercialização e gerenciamento de créditos eletrônicos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes: **a) Risco de crédito:** As políticas de vendas da controladora da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes; **b) Risco de fraude:** A controladora da Companhia possui procedimentos internos que auxiliam no monitoramento das transações efetuadas com cartões de passagens eletrônicas, que mitigam os riscos de transações suspeitas de fraude; **c) Risco de mercado:** Decorre do desaquecimento do cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações pela controladora da Companhia é realizado por meio de análises do volume de transações nos validadores eletrônicos que captam as operações de bilheteagem. Os principais riscos relacionados são as variações na quantidade de passageiros transportados por empresas de transportes coletivos, METRO e CPTM. Não houve, no período apresentado, compromissos futuros objetos de proteção patrimonial de fluxo de caixa e derivativos. Da mesma forma, a Administração da Companhia entende não haver risco de mercado pela alteração na taxa de juros, uma vez que todos os seus passivos financeiros registrados não são relevantes para sua operação. **9. Transações que não afetam o caixa** – Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, ocorreram as seguintes transações nas atividades de financiamento e investimento da Companhia que não afetaram caixa: • Declaração de dividendos a pagar nos montantes de R\$ 10.179 e R\$ 5.428 em 31/12/2019 e 2018 (dois quais R\$ 10.190 e R\$ 5.439 permaneceram em aberto em 31/12/2019 e 2018, respectivamente); • Em 25/09/2019 houve aumento de capital no montante de R\$ 7.427 mediante capitalização de R\$ 6.488 da reserva de lucros e R\$ 939 referente saldo de dividendos declarados em exercício anterior; • Reconhecimento de dividendos a receber de controladora no montante de R\$ 10.527 em 2019 (com saldo a receber de R\$ 10.479 e R\$ 5.659 em 2019 e 2018, respectivamente). **10. Cobertura de seguros** – A controladora da Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme segue:

Modalidade de Seguros	Cobertura	Final da vigência
Responsabilidade civil	150	20/04/2020
Responsabilidade civil ad ministradores (D&O)	30.000	15/06/2020
Seguro riscos divers os	1.000	20/04/2020
Seguro empres arial	6.400	06/09/2020

Não faz parte do escopo do auditor independente a análise quanto à suficiência da cobertura dos seguros. **11. Eventos subsequentes** – Em fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações da empresa Via Nova Benefícios Ltda. ("Via Nova"). Fundada em 1996, a empresa é líder na administração de benefícios e gestão de pessoas com atendimento em todo o território nacional. A aquisição representa um passo significativo na estratégia e crescimento da Companhia. Em 06/02/2020, a controladora Autopass S.A. realizou uma transferência em moeda corrente no montante de R\$ 3.779 a Companhia para que fosse liquidado um depósito judicial em nome da Via Nova.

Rubens F Gil Filho – Diretor Presidente
Eduardo Cataldi – Diretor Financeiro
Patrícia Silva – Coordenadora Contábil CRC 1SP 253.220

Aos Administradores e Acionistas da Mondopass S.A. – São Paulo-SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Mondopass S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mondopass S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Enfase:** Contrato Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT"): Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, as operações da controladora da Companhia são reflexo substancial do contrato de prestação de serviços, locação de equipamentos e outras avenças firmado com o CMT em 27/10/2015 (com aditivo firmado em 02/01/2018), com prazo de vigência indeterminado. As operações da controladora da Companhia dependem da manutenção deste contrato. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos exercícios anteriores:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2018 foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 09/04/2019, não continha ressalvas e a seguinte parágrafo de ênfase quanto ao assunto discutido na seção "Ênfase" – Contrato Consórcio Metropolitano de Transportes ("CMT") e parágrafos de Outros assuntos quanto à ausência de auditoria dos valores correspondentes de 2017 e 2016. **Responsabilidades da Administração e da gover-**

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos aos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências signific